

Implícito na teoria proposta por Poster está o ponto de vista de que a estrutura da família deveria ser reformada de tal modo que as hierarquias de idade e de sexo fossem minimizadas ou, talvez, completamente eliminadas.

No capítulo final, o autor aplica seu esquema teórico para analisar, com dados extraídos da história da família européia, quatro modelos de estruturas de família: a burguesa do século XIX, a aristocrática dos séculos XVI/XVII, a camponesa dos séculos XVI/XVII e a trabalhadora do início da revolução industrial. Propõe-se a eliminar a prática, que considera defeituosa, de recorrer sempre ao modelo da família burguesa como norma no estudo das famílias. Aplicando o roteiro de indicadores previamente elaborado, analisa as estruturas emocionais dos quatro diferentes tipos de família. No caso da família burguesa conclui: "o padrão emocional da família burguesa é definido pela autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos, uso de ameaças de retirada de amor, a título de punição, em vez de castigo físico" (p.195).

Nas famílias aristocráticas, atribuía-se pouco valor à privacidade, domesticidade, cuidados maternos, amor romântico e relações íntimas com as crianças. A vida emocional das crianças não gravitava em torno dos pais, mas estava difundida através de vasta gama de figuras adultas.

A família camponesa no antigo regime (séculos XVI e XVII) tinha mais traços em comum com a aristocracia do que com a moderna burguesia. A unidade básica da vida camponesa não era a família conjugal, mas a aldeia. Casamentos, relações entre marido e mulher e entre pais e filhos, tudo era compartilhado por todos os aldeões, pois a privacidade era desconhecida e sem valor. A autoridade e o amor estavam repartidos por ampla rede de parentes e aldeões, as relações entre pais e filhos não se caracterizavam por intimidade ou intensidade emocional. As sanções eram impostas com castigos físicos, em vez de ameaças de retirada de amor.

Ao analisar seu quarto e último modelo, o da classe trabalhadora das fases iniciais da industrialização, Poster aponta para o fato de que, ao longo de um século, a família trabalhadora foi se parecendo cada vez mais com a família burguesa. No período inicial da industrialização, o lar proletário não era propriamente "um ninho de domesticidade". As condições de vida eram extremamente precárias e a sobrevivência só era garantida mediante o trabalho de todos os membros da família. Crianças e jovens de ambos os sexos afirmavam sua independência dos pais através do trabalho na fábrica, onde eram praticamente socializados. As relações entre homens e mulheres diferiam daquelas do padrão burguês, posto que as mulheres, além de realizar os afazeres domésticos, trabalhavam também nas fábricas.

Nas últimas décadas do século XIX, à medida em que emerge a aristocracia da classe trabalhadora, coincidindo com as primeiras conquistas trabalhistas (salário família, limite de horas de trabalho, etc.) amplia-se o esforço da burguesia filantrópica para reformar a moralidade da classe subalterna, integrando-a ao modelo da família burguesa.

A primeira conclusão que Poster extrai da análise dos quatro modelos é a de que a família burguesa não é um modelo único, mas sim um fenômeno historicamente distinto. Além disso, ressalta de sua análise a conclusão de que a história da família é descontínua, não-linear e não-homogênea: consiste, isto sim, em padrões familiares distintos, cada um com sua própria história e suas próprias explicações.

Ao examinar o destino da família burguesa, a opinião do autor oscila constantemente: parece às vezes crer que o modelo burguês estaria decadente, outras vezes fica clara sua crença de que a família burguesa continuaria sendo a norma, na medida em que a privacidade, o isolamento, o amor romântico e a preocupação com os filhos persistiriam no mundo moderno, talvez até em grau superior ao de antes.

Conclui sugerindo a adoção de um "modelo utópico" de família, que elimine os mecanismos de reprodução das hierarquias de idade e de sexo, apontando assim direções de mudanças. Seu objetivo não é, porém, o de propor reformas, mas sim o de mostrar que o modelo burguês não é o único possível.

Ao final da leitura fica o alerta de que o estudo da família não pode se reduzir apenas às questões sociais mais amplas mas deve, necessariamente, remeter à rica dinâmica emocional dentro de cada unidade familiar. Embora a proposta teórica de Poster privilegie o enfoque psicológico, ele cria, no decorrer de todo o livro, a expectativa de uma referência mais abrangente e profunda ao histórico e ao social, que por fim, ele próprio não consegue cumprir, como se estivesse preso a alguns esquemas rígidos de explicação, entre eles o freudiano. O leitor tem em mãos, porém, uma excelente teoria psicológica da família.

M. Cristina A. Bruschini

---

## ORDEM MÉDICA E NORMA FAMILIAR

Freire Costa, Jurandir

Graal

Rio de Janeiro, 1979

---

## A NORMALIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Que a família vai mal, acabou, ou está por acabar, é hoje voz corrente. Freire Costa, um psiquiatra que se propõe a estudar as representações (o imaginário) sobre a família do universo citadino brasileiro, trata de saber por que os diagnósticos e terapias se multiplicam e se os remédios propostos, ao invés de sanarem o mal, não vão perpetuar a doença. Por isso desenvolve uma reflexão, uma arqueologia da família brasileira colonial do século XVII e colonizada no século XIX, submetendo-a a um instrumental teórico na linha de Foucault, Donzelot e Castel, desvendando suas relações com a medicina e o Estado brasileiro.

A tese de Freire Costa é que a família brasileira foi instrumentalizada através da higiene, pelo Estado, em seus objetivos de controle demográfico e político da população. Diz ele: "A normalização médica da família brasileira operou-se em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano e a criação da sociedade colonial".

Até o século XVII, a sociedade colonial tinha como característica a sua desarticulação e fragmentação nas grandes famílias patriarcais. Cada família era um mundo, com seu chefe, mulheres, crianças, agregados e parentes. Seu espaço: a casa. A rua, espécie de depósito de lixo, era o lugar do povo, dos que não viviam em família. A casa, misto de unidade de produção e consumo, era escura, insalubre e de construção primitiva. A varanda concentrava a vida social, comia-se muitas vezes no chão, sobre esteiras, com as mãos. Os escravos realizavam todas as atividades. Os homens, fora, ocupavam-se dos negócios ou do campo. Em casa ficavam as mulheres. Gordas, caseiras e descoloridas, a mulher brasileira da época punha filhos no mundo. Seu isolamento agravava-se com os prolongados períodos de gravidez e "resguardo". As crianças faziam parte da natureza: nasciam, sobreviviam ou morriam e transformavam-se em anjinhos. Todas as famílias possuíam seus anjinhos, era a ordem natural das coisas. A falta de cuidados médicos e de higiene ajudava a multiplicá-los. As senhoras não amamentavam seus filhos; obrigavam as escravas a abandonarem "a cria" na Casa dos Enjeitados, na Roda, para serem amas de leite. Toda esta simplicidade aparentemente niveladora era rompida nas raras ocasiões sociais e festas religiosas.

Mas uma sociedade sem normas não correspondia às necessidades do desenvolvimento urbano e do Estado organizado. Assim o fortalecimento do Estado nacional brasileiro passa pela "normalização" da família através da higiene envolvida no manto ideológico do amor familiar e do amor à pátria.

Freire Costa descreve a transformação da família colonial em família colonizada, o rompimento dos antigos laços de parentesco, o afastamento dos agregados e a nuclearização. Chama a atenção de que esta mudança não é um processo global que atinge todos os setores sociais. A família higiênica é por excelência a família burguesa, branca. "Fracionando as velhas relações de casta, religião e propriedade, a medicina higiênica preparou a família para se acomodar e participar na criação dos valores de classe, corpo e raça e individualismo, característicos do estado burguês."

Que modificações a medicina higiênica introduziu na família? Em primeiro lugar, homens e mulheres passam a ser educados para a sociedade, para o salão. Desenvolvem-se hábitos de habitação e vestuário que são ao mesmo tempo emblemas de diferenciação social. A moda se impõe. O cuidado com a prole passa a ser o objetivo da família. Combatem-se os casamentos consanguíneos. A saúde física e psíquica é tratada cientificamente.

Junto ao poder médico na família surge a educação: o internato. Lá o corpo infantil é disciplinado, alimentado de forma saudável para produzir cidadãos "dóceis e sociáveis". A regulamentação do corpo passa pela repressão à sexualidade, à vigilância permanente à masturbação, considerada como crime. O autor aponta posi-

ções radicais ainda que minoritárias no combate ao "onanismo". "Os socorros da arte" iam de bromuretos de potássio, cânfora, sódio, amônia, lúpulo, e calmantes . . . até a prevenção por meios mecânicos: camisola de força, infibulação, clitoridectomia, neurotomia isquio-clitoriana e aderência dos grandes lábios.

Outro aspecto disciplinar imposto: a disciplina intelectual: aos pobres tratava-se quando muito de profissionalizá-los, aos ricos de dar-lhes cultura geral para que mais tarde terminassem sua educação na Europa. A casa, além da europeização dos ambientes, passa a ser o cenário do amor conjugal, do amor materno e da autoridade paterna. A figura do homem se converte integralmente à figura do pai, autoridade, razão, a figura da mulher à de mãe amorosa.

Tudo configura a fraqueza da mulher a partir de sua biologia. Freire Costa cita: "Toda a constituição moral da mulher (. . .) resulta da fraqueza nata de seus órgãos, tudo é subordinado a este princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem". Ou ainda: "A mulher é um composto de paixões exalantes que a impelem a viver pegada ao homem, como a trepadeira a um tronco . . .". A este ser naturalmente inferior, propriedade privada do homem, cabe uma função natural: ser mãe. A maternidade integralmente assumida inclui agora o aleitamento, os cuidados higiênicos.

Neste universo banhado pelo amor familiar realiza-se o ideal burguês da unidade entre sexo, amor e matrimônio. Dele estão marginalizados os libertinos, os celibatários, os homossexuais, as prostitutas e as mundanas. Todos aqueles cujos corpos não obedecem à norma, cuja sexualidade não procria. Logicamente, a paixão passa a ser objeto misterioso e maldito; imprescindível neste mundo higienizado, desenvolve-se à margem ou nas entrelinhas desta sociedade.

Assim, a arqueologia da família brasileira empreendida por Freire Costa evidencia as formas históricas do patriarcalismo e do machismo crioulo, assim como faz a genealogia dos mecanismos que submetem as mulheres. Para Freire Costa, a redução da mulher ao papel de mãe e esposa devotada colocou-a nas mãos do pai, do marido e do médico. Se o poder patriarcal dos homens viu-se apropriado de seus escravos e agregados e limitado pelo Estado, ele conservou um objeto: a mulher.

Se o machismo não nasce neste momento, ele certamente viu-se então fortalecido, diz o autor. Completando a caracterização do machismo, e atribui-lhe uma função reguladora nos comportamentos sociais e políticos. O interesse da família centraliza a atividade e a atenção do cidadão, a esfera do Estado é reservada aos especialistas. Por outro lado, os mecanismos de controle da mulher vão da detenção doméstica à amamentação sempre com o objetivo de fixá-la ao papel de mãe.

Segundo Freire Costa, a urbanização gerou uma onda de independência feminina, promovendo a mulher através do consumo, do acesso à cultura, ainda que uma cultura de salão. No entanto, os limites desta emancipação permaneciam e se centravam no "processo de circunscrição da sexualidade feminina à zona de controle", ao espaço materno.

A mulher mãe completa-se com a mulher nervosa. O nervosismo, mecanismo de reação à repressão sexual, é institucionalizado pela higiene, ao mesmo tempo que se institucionalizavam os mecanismos compensatórios para a sexualidade masculina, colocando-os fora da casa, no bordel.

Freire Costa faz uma advertência: a ordem médica, segundo ele, tornou possível a exploração do corpo e do sexo de todos aqueles que, oprimindo, acreditaram-se acima da opressão." De todos aqueles que, extorquindo os oprimidos, nem por isso escaparam à extorsão."

Os méritos do livro de Freire Costa vem do fato de introduzir um ponto de vista crítico sobre o significado da urbanização higiênica, da normalização familiar, evidenciando sua relação com o controle do corpo e a estigmatização dos indivíduos. Talvez o contraponto que estabelece entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada, na medida em que saliente o caráter repressivo da segunda, termine por deixar uma imagem menos vigorosa do autoritarismo patriarcal, do que era norma patriarcal.

De qualquer maneira, na sua obra, a família burguesa brasileira torna-se de repente transparente, e vemos apontar atrás dos traços retorcidos do machismo, da violência da repressão sexual sempre renovados, as formas veladas do patriarcalismo de nossos avós e bisavós, a herança mais duradoura que provavelmente nos deixaram.

Como um "pentimento" ou um fantasma, a família burguesa e a família patriarcal se desenham desvendadas por Freire Costa, e nos desafiam.

*Elisabeth Souza Lobo*

---

## O VELHO E O NOVO – UM ESTUDO DE PAPÉIS E CONFLITOS FAMILIARES.

*Salem, Tania*

Petrópolis. Vozes. 1980. 240pp.  
Ed. Vozes Petrópolis, 1980

---

Na literatura sociológica, em especial na que diz respeito à família no Brasil, há uma ênfase na diferenciação de papéis dentro do grupo familiar, seja no âmbito da divisão do trabalho seja no âmbito sexual e afetivo, ressaltando-se quanto a este último aspecto a existência de um "duplo padrão de moralidade" que rege comportamentos diferenciados para homens e mulheres. Essa literatura contudo não permitia um conhecimento mais aprofundado de como, no seio familiar, essas diferenças são vivenciadas pelos atores. Essa lacuna é superada pelo trabalho de Tania Salem, que através de uma pesquisa empírica analisa os papéis familiares tal como esses são desempenhados na relação entre pais e filhos, examinando os pontos de continuidade e ruptura verificados entre as gerações, bem como as contradições a que estão submetidos esses papéis.

A obra de Tania Salem, originariamente tese de

Mestrado apresentada no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, consiste num cuidadoso trabalho de pesquisa e de análise dos dados obtidos através da realização de entrevistas em profundidade, com oito famílias de estratos médios e superiores, da zona sul do Rio de Janeiro, pesquisando-se pais e filhos adultos, totalizando trinta e nove entrevistados.

A obra divide-se em quatro capítulos: "Papéis Familiares: Perspectivas Teóricas"; "O Domínio Público"; "O Domínio Privado" e "Conclusões".

No primeiro capítulo, a autora se preocupa com a teoria dos papéis. Verifica, na obra de vários estudiosos, os conceitos de papel e conflito e nos mostra como se dá a introjeção de papéis sociais e os mecanismos deflagradores de conflitos. Ao especificar a aplicação dos conceitos dentro do contexto familiar, aponta a existência de dois princípios básicos: a matriz geracional e a matriz sexual, que devem ser consideradas na análise dos dados, afim de se obter a compreensão de como os atores vivem e manifestam suas representações frente ao trabalho, à educação e às suas relações familiares.

A análise dos dados da pesquisa encontra-se nos dois capítulos seguintes.

No capítulo "Domínio Público", a autora apresenta as famílias estudadas, fornecendo dados da biografia da geração mais velha, tais como origem sócio-econômica, histórico de vida ocupacional, grau de instrução e tipo de socialização. Esse procedimento permite apreender características comuns às famílias entrevistadas e fornece informações significativas para o entendimento do modo pelo qual homens e mulheres da geração mais velha encararam o trabalho extraordinário, fornecendo outrossim um *background* para compreender as expectativas que formulam com respeito aos filhos nessa área.

Comparando os dados (matriz geracional – matriz sexual), verifica as formas "femininas" e "masculinas" de lidar com o trabalho extradoméstico. Essa comparação permite a autora elucidar se, de uma geração para outra, os modos diferenciais dos sexos se relacionarem com o trabalho sofreu alterações e, em caso positivo, em que direção. Permite também, examinando os indivíduos do mesmo sexo em gerações diferentes, verificar os pontos de ruptura e continuidade geracional no significado que os atores femininos e masculinos imputam ao domínio público.

Depreende-se da biografia dos pais, a socialização diferenciada que homens e mulheres receberam acerca do trabalho. Assim, enquanto para os homens o trabalho é o fundamento de sua identidade social, as mulheres o encaram como um prolongamento do trabalho doméstico.

Quanto à geração mais jovem, embora divergências significativas apareçam no discurso de moças e rapazes, constata-se que ambos interiorizam a ideologia dominante, na qual ao homem é atribuído o papel de provedor, o que denota uma visão mais instrumental do trabalho para os rapazes.

Como muito bem é ressaltado pela autora, "as jovens em contraste com a geração mais velha vivenciam um momento histórico no qual se processa uma mudan-